

É o caso do Rio de Janeiro, que nós temos citado aqui. Usando Deputada Mônica Francisco, os números do ano de 2019, quando a União arrecadou no território fluminense 174 bilhões de reais, porém, devolveu à administração estadual e à administração municipal pouco mais de 30 bilhões, ou seja, 1/5 apenas. Então, neste sentido, é muito justificável que nós adotemos sim, certas medidas protecionistas para salvar nossa economia, para salvar os nossos produtores, para salvar os nossos empreendedores.

É muito interessante esse debate sobre protecionismo, Deputado Flávio Serafini, porque nós vemos alguns grandes economistas falando, criticando, alguns às vezes alinhados com políticas liberais até. E os Estados Unidos da América do Norte, provavelmente, constituem o país que mais anota medida protecionista no mundo. É o país que eu digo, mas não faça o que eu faça. Esse é o segundo ponto.

O terceiro ponto que quero destacar é que estamos vivendo uma crise que não se interrompe no Rio de Janeiro. Há pelo menos cinco anos, vivemos uma crise econômico-fiscal de grandes proporções. Não vamos resolver essa crise usando receituário neoliberal clássico, Renata: vendendo ativos, arroxando o serviço público e seus servidores, travando crédito. Nada disso vai gerar o que precisamos, que são receitas novas. É isso que precisamos fazer.

Esse projeto apoia, contribui, para fortalecer uma linha importante de desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro, o complexo industrial da saúde, no qual nós já temos um grande potencial. Pessoal, nós estamos falando do Rio de Janeiro. O projeto seguinte, Deputados Márcio Pacheco e Rodrigo Amorim, é sobre as universidades. Nós estamos falando do Rio de Janeiro. Aqui nós temos o principal acervo de universidades, de institutos de pesquisas, das várias áreas do conhecimento, em todo o Brasil. Na saúde nem se fala: a Fiocruz, o Instituto Vital Brazil, as nossas universidades - UFRJ, UFF, UniRio, Uerj -, os institutos federais. Então, por que não aproveitar esse potencial?

Por isso esse projeto também articula o desenvolvimento econômico com a ciência, com a tecnologia e com a inovação. Com isso estaremos induzindo essas instituições que produzem fármacos, que produzem insumos, que produzem tecnologia e inovação na área da saúde, a investirem mais em suas pesquisas, em seus estudos, porque nós estamos abrindo uma possibilidade de recepcionar no mercado econômico do Rio de Janeiro a sua produção, os produtos delas derivados.

Por último, eu quero ressaltar o papel da Alerj. Nesse contexto do aniversário do André, eu fiz uma mensagem ressaltando o seguinte: eu acho que nós estamos nos últimos três anos, aproximadamente, cumprindo um triplice papel muito importante para a sociedade fluminense.

Primeiro papel: nós estamos virando um lugar de reflexão sobre o Estado do Rio de Janeiro, com o Fórum Rio de Desenvolvimento que avança no trabalho que já vinha sendo feito pelo Fórum de Desenvolvimento da Alerj, a assessoria fiscal da Alerj, as comissões especializadas que passaram a ter uma rotina de trabalho. Então, a Alerj passa a ser uma instituição que ajuda a pensar, a refletir, sobre os problemas, os desafios e a superação desses desafios aqui no estado.

Segundo papel: ser uma instituição propositiva. Não estamos só debatendo e refletindo. Vários de nossos projetos, de várias bancadas, de várias iniciativas, propõem alternativas para o Rio de Janeiro, além das parcerias. Esse é o terceiro papel: a Alerj tem sido parceria das instituições científicas, das instituições acadêmicas.

Esse projeto, em boa medida, sintetiza todos esses aspectos. Há várias questões que podem ser aprimoradas, mas não tenho dúvida de que é uma relevante contribuição para que fortaleçamos aquele que é um dos veios potenciais do desenvolvimento do nosso estado, que podem gerar receitas novas e duradouras, que é o Complexo Industrial da Saúde no Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - A próxima inscrita é a Deputada Célia Jordão.

A SRA. CÉLIA JORDÃO - Sr. Presidente Deputado André Ceciliano, boa tarde. Boa tarde às Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, aos que estão também participando pela Sessão online, aos que nos assistem pela TV Alerj, às autoridades aqui presentes.

Felício o nosso Presidente, mais uma vez, pelo seu aniversário, assim como, também, felicitar o colega Deputado Coronel Salema, que também aniversaria hoje. Muita saúde para os dois.

Eu subo a esta tribuna feliz por ter visto na pauta de hoje este Projeto de Lei 3595, que traz para o Estado do Rio uma importante discussão.

Este Projeto que se espelha na atual, e em vigor, lei de licitações, nada mais é esta margem de preferência do que uma reserva de mercado e a possibilidade que esta Casa tem de ampliar ainda mais a sua atuação, que já vem sendo árdua neste caminho da busca da geração de trabalho e renda para a população fluminense. Quando nesta brilhante iniciativa do nosso Presidente, ele coloca na margem de preferência o complexo de saúde, no que o poder administrativo, o Poder Executivo estadual, dentro da sua administração direta e indireta, possa fazer a compra com uma margem de preferência de até 25% do preço, fazendo assim então a reserva de mercado, nós temos aí a possibilidade de ampliar ainda mais este leque no consumo da administração pública, que também perpassa por um sem número de outros itens. Não é isso, Deputada Lucinha? Porque não é apenas a Saúde que consome do nosso mercado, da população fluminense. Todas as Secretarias consomem; a de Esportes, a de Cultura, a de Educação. Então, este debate do desenvolvimento econômico que está sendo trazido através deste Projeto de Lei, para nós é uma grande oportunidade.

Hoje, pela manhã, houve um momento também importante que passou por todos nós aqui nesta Casa, que foi a sanção do Programa Supera Rio, que tem como identidade o fomento econômico do nosso Estado. E, mais uma vez, através deste Projeto de Lei 3595 a intenção que eu vejo aqui no Projeto do nosso Presidente, que certamente vai abrir coautoria para todos, é justamente estar também pensando no desenvolvimento econômico do nosso Estado, e na possibilidade não apenas nesse momento de pandemia, porque este Projeto de Lei, assim que finalizado, tendo recebido todas as Emendas, entrará em vigor não apenas para este momento, mas para o pós pandemia, e naquilo que nós todos desejamos, que é na recuperação da economia do nosso Estado.

Quando subimos a esta tribuna em outras oportunidades, falamos a respeito da questão da indústria naval, da questão das plataformas P-78 e P-79, naquela preocupação que nós deveríamos ter enquanto brasileiros de pensar na população, na geração de trabalho e renda, na reserva de mercado. Se a Petrobras, Presidente, tivesse tido esta sensibilidade e se utilizado no seu edital de licitação desta possibilidade que existe na Lei de Licitações em vigor, da reserva de mercado, talvez, os nossos estaleiros estariam gerando emprego para os metalúrgicos que estão aguardando essa oportunidade.

Então, Presidente, eu quero parabenizar. Gostaria também de poder contribuir com algumas Emendas no que se refere à ampliação da possibilidade dessa contratação, para que não fique apenas a questão do complexo de saúde, medicamentos, fármacos e outros insumos específicos dessa área, para que nós possamos também continuar fomentando a economia do nosso Estado.

Eram estas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - A Deputada Célia está certíssima quando coloca a margem de preferência, porque o mundo todo se utiliza disso, principalmente, os Estados Unidos, especialmente no mercado armamentista que eles mesmos ajudam a desenvolver, têm a reserva e cuja venda para outros países eles mesmos controlam.

O próximo orador inscrito é o Deputado Rodrigo Amorim. Lembramos que o Complexo Industrial da Saúde pode ser um novo Pré-sal no Estado do Rio de Janeiro. Já temos aqui as universidades, os institutos que geram conhecimento e tecnologia. É só organizar esse complexo.

Deputado Rodrigo Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem pela TV Alerj, em primeiro lugar, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa - aliás, é um conjunto de iniciativas que V.Exa. vem apresentando. Desde que começou a pandemia, esta Casa Legislativa saiu na vanguarda no sentido de propiciar o trabalho remoto, de discutir temas relevantes não só para a preservação da vida, mas também para algo extremamente importante, no momento em que nós já vivíamos nos reequilibrando financeiramente: tentar poupar numa já comalida Economia e muito dilacerada pela paralisação dos setores produtivos, com a queda brusca de arrecadação em função dessa crise que, infelizmente, levou dois colegas de plenário, os Deputados Gil Vianna e João Peixoto, além de inúmeros amigos, familiares, pois todos nós já temos um caso muito próximo, quando não na nossa própria família.

Porém, assiste razão o Deputado Waldeck quando diz que é fundamental que todos nós tenhamos em mente a reestruturação do Pacto Federativo, que impõe a conta mais onerosa, mais pesada, mais penosa aos municípios, que estão na ponta, entregando para a população; ao passo que deixa também os Estados numa posição de extrema fragilidade, como se encontram o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Norte, inúmeros Estados da Federação; com, infelizmente, um modelo de arrecadação em que o Governo Federal é o grande detentor da arrecadação e cabe ao município o custeio do serviço que efetivamente impacta na vida do cidadão.

Por óbvio, Sr. Presidente, há aqueles que certamente falarão que o projeto tem algo de inconstitucional, mas aqui já fica o registro da minha veemente discordância, porque o projeto respeita a Lei 8.666, respeita a nossa Constituição, coloca o Rio de Janeiro na vanguarda do mundo, fazendo efetivamente uma reserva de mercado, valorizando o nosso produto nacional.

Não obstante, Sr. Presidente, como o projeto fala especificamente na produção de fármacos, não posso me furtar a citar um tema em voga hoje, nesse exato momento. Aliás, Deputado Márcio Pacheco, eu utilizei as minhas redes sociais agora há pouco para parabenizar ao Governador do Estado Cláudio Castro, que teve uma atitude de extrema coerência ao vetar uma Lei aprovada nesta Casa que obrigava ou sugeria que o Estado do Rio de Janeiro comprasse ou adquirisse sua própria vacina.

Todos sabem, diante da trajetória que venho traçando neste Parlamento, Sr. Presidente, que tenho tendência a travar acalorados embates ideológicos. Eu nunca me furtei ao embate; muitas vezes o debate ficou quente, ficou aquecido neste plenário da Assembleia. Eu nunca me furtei, Deputada Célia, a esse tipo de confronto. Porém, muitos dos que aqui sustentaram anteriormente a minha fala, Sr. Presidente, disseram que no gesto do Governador Cláudio Castro há um tom político. Acusaram até o Governador de atrapalhar o plano de vacinação, o que é justamente o oposto ao que o Governador pretende vetando essa Lei, que tem, essa sim, um ingrediente político.

Salvo melhor juízo, Deputado Waldeck, participamos durante todo esse momento da pandemia de diversos debates sobre a condução da pandemia pelo ente federativo, a União Federal, pelo Governo do Estado. Mas, definitivamente, em vez de levar a discussão para o campo exclusivamente ideológico, eu faço aqui uma possibilidade de debater.

Talvez aqueles que propuseram a Lei sequer saibam quanto custa uma dose unitária da vacina. E para aqueles que não sabem, eu digo: uma dose unitária da vacina para o cliente final, que é o cidadão, custa de 50 reais a 60 reais. Faço um exercício, Deputado Alexandre Freitas. De 50 a 60 reais, dentro de um regime de recuperação financeira do Rio de Janeiro, em que o Estado está impedido de promover gastos, qual seria o valor que o Estado possa empregar na compra dessas vacinas? Nesse simples exercício matemático fica claro, Deputada Tia Ju, que nós compraríamos no máximo 500 mil doses. Isso, em primeiro lugar, não faz nem coquinho para o efeito de uma massa de população vacinada. Ou seja, é absolutamente irrelevante no contingente de pessoas efetivamente vacinada. Depois, pelo amor de Deus, deixem o Presidente da República trabalhar, porque, ainda que discordem do Plano Nacional de Vacinação, Deputado Serafini, o plano está aí, os Estados da Federação, pelo princípio de solidariedade, têm recebido as doses da vacina. O Rio de Janeiro está recebendo as doses da vacina e o Governador Cláudio Castro tomou o gesto apropriado de comprar os insumos necessários para a aplicação das vacinas. E nós não podemos deixar de falar que comprou com o menor custo nacional. O Rio de Janeiro comprou com o menor custo nacional as seringas, as ampolas e fez uma rede de abastecimento que foi capaz de levar até o último recanto deste Estado em menos de seis horas a vacina. Ou seja, o Rio de Janeiro está fazendo a vacina acontecer de forma transparente, levando para os 92 municípios.

E há um ingrediente, para abrir um aparte para o Deputado Alexandre Freitas, há um ingrediente importante. O Plano Nacional de Vacinação recebeu as primeiras doses, que são essas que estão sendo aplicadas nas pessoas com mais idade, nos profissionais que são prioridade, nos grupos de risco, e nesse mesmo Plano Nacional de Vacinação existe a previsão da aquisição do insumo farmacêutico necessário para o que Rio de Janeiro produza os insumos. Ou seja, a Fiocruz será capaz de, até julho, entregar para o Brasil 50 milhões de vacinas. Sendo que até dezembro o Plano Nacional que inclui a Fiocruz e inclui o Butantan em São Paulo será capaz de entregar para todo o Brasil 250 milhões de doses. Ou seja, é pura bravata, com todo perdão da expressão, propagar que os municípios comprem a sua própria vacina.

Fico feliz que o meu irmão, o Vereador Rogério Amorim, foi contra, na Comissão de Saúde, à compra, à aquisição pelo Município do Rio de Janeiro. O que os municípios e o Estado devem fazer é facilitar o acesso do cidadão à vacina, coisa que o Governador Cláudio Castro tem feito com primazia e o Rio de Janeiro saiu na frente e está entregando efetivamente a vacina a 922 cidades.

Deputado Alexandre Freitas.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Deputado Rodrigo Amorim, parabéns pelas palavras.

É importante nós ressaltarmos e destacar que este Projeto era mais um Projeto do PSOL apenas para jogar para a galera. Autorizava o Executivo a fazer algo que ele já é autorizado. Então, com muita coerência, dando prevalência a um plano nacional, que inclusive o nosso Governador Romeu Zema, lá em Minas tem implementado com bastante eficiência e sem jogar para a galera. Mas, principalmente, com responsabilidade fiscal.

Hoje, quando debatemos nesta Casa a questão do auxílio emergencial, veio uma Emenda do PSOL querendo botar para 600 reais - como se dinheiro nascesse em árvore. Nós precisamos ter mais coerência, mais responsabilidade, principalmente, com as propostas e não apenas ficar jogando para a galera.

Obrigado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Num momento da política tão comalida...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço para concluir, por favor.

O SR. RODRIGO AMORIM - ...gestos como esse do PSOL levam para o cidadão que está nos assistindo na ponta, a política que já é tão criticada, como se fossem os arautos da moralidade, como se fossem os salvadores da pátria, propondo o impossível de se estabelecer na prática, indo contra o Plano Nacional de Vacinação que está funcionando, queiram ou não queiram, e promovendo bravatas, demagogia, sem efetivamente promover uma discussão que eu provei que é inviável. Não tem por que e nem como o Rio de Janeiro, salvo que os Deputados do PSOL preferiam que os médicos fiquem sem salários, que os professores fiquem sem salários e que os policiais fiquem sem salários. Ou mesmo que um Projeto brilhante aprovado aqui nesta Casa de iniciativa do Presidente André Ceciliano, com o aval de toda a Casa, possa levar na ponta para o cidadão que efetivamente precisa um auxílio emergencial que, pelo que me consta, é muito mais necessário hoje do que uma vacina que efetivamente as pessoas já estão recebendo e vão tomar, o Rio de Janeiro e o Brasil

estarão vacinados muito em breve, em julho, e até o final do ano em todo o território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O próximo orador inscrito é o Deputado Felipe Peixoto, em seguida, o Deputado Alexandre Knoploch e depois o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. FELIPE PEIXOTO - Sr. Presidente André Ceciliano, nobres Deputados, quero parabenizar V.Exa. por esta iniciativa.

Tive a oportunidade - quando estive à frente do Executivo por duas vezes, ao longo de diversas discussões que temos, especialmente com a equipe de desenvolvimento econômico do Estado - de me deparar com uma situação em que o Rio de Janeiro é o grande comprador não só de insumos fármacos, de medicamentos, mas venho destacar a importância deste Estado com relação ao seu potencial.

Quero aproveitar este momento e registrar uma situação que me aflige. Ao longo deste último ano, não estava aqui na Assembleia, mas vi o protagonismo de grandes instituições centenárias do nosso País na busca, na produção das vacinas para a Covid.

E muito me entristeceu ver que o Instituto Vital Brazil, instituto esse centenário, instituto fundado pelo Vital Brazil, que também foi fundador do Butantan em São Paulo, inclusive a rua onde está o Instituto Butantan em São Paulo faz uma homenagem ao Vital Brazil.

Nesse instituto que, há mais de um século, sempre foi protagonista de diversas iniciativas em prol da saúde pública brasileira, observamos uma única tentativa de produção, no caso de soro pela sua história, pela sua fábrica de produção de soro; o Vital Brazil se limitou, ao longo da pandemia, no Estado do Rio de Janeiro, num momento histórico, à tentativa de produção de soro.

Não vimos o Instituto Vital Brazil buscar qualquer parceria com qualquer instituto internacional ou qualquer fabricante internacional para produzirmos as vacinas aqui no Rio de Janeiro. Um instituto que foi fundado há um século! Exatamente nas discussões que tivemos nas campanhas de vacinação e relembramos as campanhas que fizemos há um século, após a gripe espanhola, a descoberta e a produção da BCG, importante vacina feita pelo Instituto Vital Brazil ao longo desses anos todos, vemos que o Rio de Janeiro perdeu literalmente o protagonismo na produção de vacina, de insumos.

E V.Exa., Sr. Presidente, vem com um Projeto que dá oportunidade para que o Estado possa comprar, com direito de preferência, a produção de remédios, insumos farmacêuticos.

O Instituto Vital Brazil precisa reassumir o seu protagonismo, liderar esse processo e fazer parcerias com setores públicos e privados para que possamos efetivamente gerar emprego, renda, e que todos os recursos de compra de medicamentos fiquem no nosso Estado, dando preferência ao desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

Pois não, Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputado Felipe Peixoto, se V.Exa. me concede um aparte, acho que V.Exa. toca num ponto fundamental sobre o caminho que o Rio de Janeiro vai seguir.

O Rio de Janeiro precisa recobrar protagonismo, criatividade, proatividade na defesa de um Projeto de desenvolvimento e na defesa dos interesses da sua população.

Ontem, como disse durante a minha fala, o Governador Cláudio Castro vetou o meu Projeto que o autorizava não só a comprar vacinas, mas a participar de consórcios, buscando comprar vacina.

Este é um tema que não tem histórico recente na história brasileira. Ontem, por exemplo, a Confederação Nacional dos Municípios deu uma orientação aos municípios para que eles aprovassem leis autorizando-os a participarem de consórcios. O Deputado do Novo, que é negacionista, não usa máscara e, se pegar Covid, vai ficar internado preventivamente porque é rico, chegou aqui e falou que não precisa de lei para isso.

Ora, ontem, a Confederação Nacional dos Municípios deu uma orientação para que os municípios fizessem isso. Hoje, o Prefeito Eduardo Paes já deu declaração pública nesse sentido. Eu estava numa reunião, de manhã, com o Secretário de Saúde, Daniel Soranz, quando eles estavam fechando a minuta do decreto que o Eduardo Paes está publicando para se juntar a um consórcio para a aquisição de vacinas.

O problema é que o Governo federal resolveu restringir o leque de iniciativas para conseguir o acesso à vacinas. Nós temos a AstraZeneca Oxford, através da Fiocruz, e temos a Coronavac, através do Butantan, que o Bolsonaro só aceitou incluir no Plano Nacional de Imunização quando o Governo de São Paulo já ia começar a distribuir para vários estados e municípios. O Bolsonaro deu várias declarações de que não ia usar; só usou quando a vacina ia começar a ser distribuída antes da vacina da Fiocruz.

E, agora, é o mesmo cenário. Nós já temos uma vacina aprovada pela Anvisa, e o Governo Bolsonaro diz que não vai comprar; a Johnson já está sendo usada em dezenas de países, e o Governo Bolsonaro diz que não vai comprar; a Sputnik V, o Governo Bolsonaro só disse que ia comprar depois que o consórcio de governadores fechou um pré-contrato com a União Química e, mesmo assim, o Governo Bolsonaro não está se movimentando para que, de fato, essa aquisição aconteça.

Só para concluir, quero lembrar que alguns Deputados estão preocupados: "Ah, mas se o Rio comprar e essas vacinas não vierem para o Rio?" Se o Rio comprar e o Governo federal requisitar, vai acontecer como aconteceu com o Butantan, porque está na lei: tudo que o Governo federal requisitar, ele tem que pagar.

O trágico seria 15 estados comprarem vacinas, centenas de municípios comprarem vacinas e o Estado do Rio de Janeiro ficar de fora. Isso é que seria trágico. Por isso, o que temos defendido é uma ação complementar ao Plano Nacional de Imunização, que só é necessária, pela primeira vez na história do Brasil, porque estamos diante de uma pandemia inédita e porque o Governo federal não está fazendo todos os esforços, que poderia fazer, para acessar a vacina.

Hoje, a prioridade dos governadores é imunizar rapidamente os grupos vulneráveis: idosos e pessoas com deficiência e comorbidades. Essa é a agenda urgente para reduzir o número de mortes, que está caindo no mundo inteiro, menos no Brasil. O Chile já vacinou quase 20%; o Brasil só 3%. Se fosse só com a vacina que o Governo federal conseguiu, seria só 1%. É uma vacina estratégica, sim, no longo prazo, para dominarmos a tecnologia, mas, nessa urgência, ainda vai demorar um pouco mais.

O SR. FELIPE PEIXOTO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, para concluir, digo que vamos ter oportunidade, Deputado Flávio Serafini, de discutir essas questões no plenário. Estamos discutindo o projeto de iniciativa do Presidente desta Casa. O Rio de Janeiro precisa ter esse protagonismo, pois é aqui que está a Fiocruz, a Biomanguinhos e o Instituto Vital Brazil, que precisam reassumir a sua liderança junto com os players privados no desenvolvimento não só de vacinas, mas de insumos e medicamentos na área da Saúde.

Parabenizo V.Exa. por essa iniciativa. Pode contar com o meu apoio e com o meu voto. Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Obrigado, Felipe.

O próximo orador inscrito é o Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, eu vou ser breve. Quero parabenizar V.Exa. por esse projeto, tendo em vista que, há muito tempo, eu venho falando sobre a necessidade de priorizarmos as empresas e as indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

A indústria farmacêutica no Estado do Rio de Janeiro é enorme. Se nós pegarmos, por exemplo, a região de Jacarepaguá, o que veremos é uma enormidade de indústrias farmacológicas que fomentam para o Brasil inteiro, mas que não têm qualquer incentivo para fornecer para o Rio de Janeiro.

Este Projeto a meu ver é um dos poucos feitos na Casa que, de fato, visam beneficiar à indústria e à tecnologia no Rio de Janeiro.